

Sudam apresenta alterações para incentivos fiscais



Técnicos da Sudam e do MI discutiram novos critérios para os incentivos

A inclusão de novos setores prioritários no Decreto 4212/2002, que regulamenta a concessão de incentivos fiscais na Amazônia foi o principal assunto tratado entre a Sudam e o Ministério da Integração Nacional (MI).

Entre os novos setores a serem incluídos estão o de transporte rodoviário e fluvial; o reflorestamento de áreas degradadas; a educação, com ênfase às faculdades privadas que incentivem a formação de mestres e doutores; a saúde, contemplando hospitais particulares que mantenham um mínimo de 20% do seu atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde e o setor naval. “Este é um setor estratégico para a Amazônia, uma vez que 60% da região é interligada por rios”, defendeu Indalécio Pacheco, coordenador-geral de Incentivos e Benefícios Fiscais da Sudam.

O superintendente da Sudam, Djalma Mello, lembrou que a última atualização do Decreto foi em

2002 e que desde então houve mudanças na dinâmica econômica e social da região. A Sudam defendeu ainda que as alterações na lei de incentivos sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Sudam (Condell) e não mais por ato do Poder Executivo. A função, segundo ele, está assegurada na Lei Complementar que criou a nova Sudam em 2007.

Os pleitos foram bem recebidos pelo MI que se comprometeu a ser porta-voz das mudanças junto ao Ministério da Fazenda. O diretor do Departamento de Prospecção, Normas e Análise de Fundos do MI, Wanderley Barreto, afirmou que as sugestões são importantes e que o Ministério está empenhado em atender às necessidades de cada região. Para ele, o novo Decreto necessita não apenas adequar-se às especificidades regionais como também deve se igualar às prioridades do FDA.

Página 02

APL: MI apresenta projeto Rotas de Integração Nacional

Página 03

Comitê Técnico do Condell aprova prioridades do FDA para 2014

Página 04

Emendas: Convênios levam mais infraestrutura e cidadania ao Mato Grosso

Alertas de defesa civil serão enviados por SMS



Equipe da Defesa Civil participou da apresentação do novo sistema

Em convênio com a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Sudam desenvolveu um novo Sistema de Transmissão de Alertas através do Serviço de SMS (Short Message System), via celular. O sistema foi desenvolvido pelo Projeto “Informação, Comunicação e Capacitação Utilizando Tecnologias de Transmissão Automática para

Ações Preventivas de Defesa Civil na Amazônia Legal”.

Batizado de 3GSx, o novo sistema consiste em alertas de emergência, processados e transmitidos imediatamente aos celulares dos agentes envolvidos no processo de prevenção e de proteção da sociedade nos locais de alto risco. O projeto tem três componentes: a capacitação; a avaliação da metodologia de previsão de eventos; e a terceira, que é o aperfeiçoamento da emissão de alertas de eventos na região amazônica.

O professor da UFPA, Agostinho Castro, destacou a importância do uso de novas tecnologias nas ações de defesa civil em localidades distantes e de difícil acesso na região amazônica. A coordenadora de Defesa Civil da Sudam, Adelaide Nacif, lembrou que os usuários diretos do novo sistema são as coordenações estaduais e municipais de defesa civil, podendo ser ampliados para algumas secretarias, como as de Meio Ambiente e de Planejamento dos estados da Amazônia, além das prefeituras municipais.

APL: MI apresenta projeto Rotas de Integração Nacional

A Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (SDR) desenvolveu o projeto “Rotas de Integração Nacional” que consiste em redes de Arranjos Produtivos Locais (APLs), setorialmente interligados, que promovem a inovação, a diferenciação, competitividade e lucratividade dos empreendimentos associados, mediante o aproveitamento das sinergias coletivas e a ação convergente das agências de fomento, como as entidades vinculadas do MI (Sudam, Sudene, Sudeco, Codevasf e Dnocs).

O projeto é financiado com recursos do Programa Brasil sem Miséria e está voltado para a criação e o fortalecimento de pequenos negócios, na agricultura familiar e na economia urbana. É direcionado ao público

de baixa renda e os beneficiários devem estar inscritos no Cadastro Único para programas sociais.

A gestora pública federal do MI, Joana Nemoto, esteve em Belém, na sede da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), para tratar da negociação dos termos de cooperação entre a SDR e a Sudam quanto à articulação, coordenação e convergências de políticas públicas, voltadas para as áreas de infraestrutura, tributos, financiamento, certificação, promoção comercial e qualificação e pesquisa. Nemoto destacou o papel estratégico da Sudam e o elevado nível técnico de sua equipe, além da importância do acervo de conhecimento acumulado pela instituição.

EXPEDIENTE

INFORMATIVO SUDAM

Ano 6 nº 38



Ministério da
Integração
Nacional



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Francisco José Coelho Teixeira
Superintendente: Djalma Mello
Diretora de Administrativa: Meryan Flexa
Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e
de Atração de Investimentos:
Inocêncio Gasparim

Chefia de Gabinete: Alda Selma Monteiro
ASCOM- Assessoria de Comunicação Social e Marketing
Leidemar Oliveira, Robson Silva, Marilena Vasconcelos,
Amanda Mardock (estagiária)
E-mail: ascom@sudam.gov.br - Twitter: @sudam_mi
Revisão e Diagramação: Robson Silva
Impressão: Reprografia da Sudam



4008 5689
0800 610021
ouvidoria@sudam.gov.br

Gestores Federais desenvolvem sistema de monitoramento

O Sistema de Monitoramento de Iniciativas do Governo Federal na Amazônia (Sistema Monitora) que está sendo desenvolvido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foi apresentado e discutido no Encontro Nacional dos Fóruns de Gestores Federais.

A reunião aconteceu na Secretaria de Relações Institucionais, em Brasília, com a presença da ministra Ideli Salvatti, no último dia 28/11. Foram discutidos o planejamento do Plano Plurianual (PPA), a proposta de regimento interno do Fórum, a agenda federativa, a gestão pública e a participação popular, entre outros temas. A ministra ouviu relatos dos Estados sobre o andamento dos Fóruns de Gestores em cada unidade.

Representando a Sudam, o coordenador-geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento, Adagener Ribeiro, apresentou o Sistema Monitora. O programa de computador está em fase de teste e vai ser acessado via Internet, para identificar e acompanhar as ações realizadas pelas Instituições Federais na Amazônia Legal, com a participação do Governo Federal. O Sistema permite acesso por dois perfis principais: o interno, responsável pelo monitoramento das ações incluídas no sistema; e o externo, que é o das instituições federais que informam as ações ao sistema.



Gestores acertaram detalhes para a conclusão do sistema

Nesta versão o Monitora identifica os responsáveis por cada instituição, coleta e analisa as ações de forma sistemática. Para isso foi desenvolvido um sistema que deverá ser acessado pelo site da Sudam (<http://www.sudam.gov.br>). Segundo Ribeiro, serão localizadas as ações e a participação orçamentária do governo para identificar o total investido por município, por região, por Estado. Em reunião na Sudam, a coordenação paraense do Fórum de Gestores Federais conheceu o "Monitora" e realizou os últimos ajustes no sistema.

Comitê Técnico do Condel aprova prioridades do FDA para 2014

A inclusão de projetos integrados de lavoura e pecuária, beneficiamento de pescado e infraestrutura portuária são algumas das alterações da proposta de diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), para o exercício de 2014.

As mudanças constam da pauta da próxima reunião do Conselho Deliberativo (Condel) da Sudam, e foram discutidas pelo Comitê Técnico do Conselho no início de dezembro, em Belém. Além dessa proposição, também estão previstas para serem apreciadas a proposta de Relatório de Gestão, Diretrizes e Prioridades e a programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).



Membros do Comitê Técnico anteciparam as deliberações do Condel

Apresentação de emendas é tema de reunião com bancadas da Amazônia



O superintendente conversou com as bancadas do Pará e Amapá

A viabilização de um número maior de projetos em benefício de estados e municípios da Amazônia foi o assunto da reunião realizada dia 26 de novembro, em Brasília, entre o superintendente da Sudam, Djalma Mello, e diversas bancadas estaduais da região. As reuniões aconteceram individualmente e tiveram como tema central a descentralização de emendas para a Sudam. A instituição tem se destacado na análise de convênios firmados com os estados e municípios a partir de recursos apresentados por deputados e senadores.

A primeira reunião aconteceu com o líder da bancada do Amapá, deputado Sebastião Bala Rocha,

em seguida com a bancada de Roraima, do Pará e de Tocantins. O superintendente Djalma Mello se colocou à disposição dos parlamentares para aumentar o volume de recursos e investimentos nos Estados. Informou que a Sudam receberá em breve mais de 70 novos servidores e que a instituição pode ajudar as prefeituras na capacitação de técnicos na operacionalização do Siconv (Sistema de Convênios do Governo Federal). O acesso ao Sistema é o maior entrave dos estados e municípios na elaboração dos projetos. Em 2013, a Sudam promoveu treinamentos para diversos municípios tanto na elaboração de projetos como no acesso ao Siconv.

Emendas: Convênios levam mais infraestrutura e cidadania ao Mato Grosso

No mês de novembro, a Sudam aprovou a formalização de convênios com diversos municípios do Mato Grosso, que visam ao desenvolvimento e à sustentabilidade da população da região. Entre os projetos estão os de melhoria na infraestrutura e urbanização em Alta Floresta; a construção de Centros de Promoção de Atividades Econômicas e Sociais em Rondonópolis e Nova Guarita; além de Patrulhas Agrícolas para outros oito municípios.

Os recursos foram assegurados por meio da emenda parlamentar de autoria do deputado federal Carlos Bezerra (PMDB/MT) a fim de causar melhorias econômicas e sociais e promover a geração de emprego e renda nos municípios selecionados. No caso de Alta

Floresta, o projeto levará asfalto e drenagem de águas pluviais a 16 ruas e os Centros de Promoção de Atividades Econômicas e Sociais atenderão interesses dos moradores locais, promovendo cursos de capacitação para o trabalho urbano e rural, campanhas de saúde e atendimento às famílias e também seminários, palestras e atividades com microempresários e produtores rurais.

Já as patrulhas agrícolas vão auxiliar os trabalhadores rurais dos municípios de Barra do Burgres, Serra Nova Dourada, Carlinda, Marcelândia, Nossa Senhora do Livramento, Paranaíta, Alto Paraguai e Novo Mundo. Essas patrulhas vão conduzir equipamentos para ajudar os agricultores a preparar a terra para plantios de cultura de subsistência e de fruticultura.